

O processo de escolha profissional como um espaço de produção de sentido da realidade sócio-histórica

Ana Beatriz Almeida da Silva, Centro Universitário Integrado, Brasil

Giovana de França Moreno, Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil

Me. Kayo Rodrigo Vicente, Psicologia, Centro Universitário Integrado, Brasil,
kayo.rodriogo@grupointegrado.br

Resumo em português: Este trabalho visa refletir acerca das possibilidades do processo de Orientação Profissional, à luz dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, no que tange a produção de sentido da realidade sócio-histórica e a ampliação da consciência do sujeito sobre os determinantes históricos da escolha profissional. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica, utilizando-se o método materialista histórico-dialético para analisar os materiais que contemplassem o tema. Os resultados obtidos evidenciam que a reflexão crítica da realidade material e a apropriação dos determinantes sociais da escolha são cruciais para a ampliação da consciência, possibilitando escolhas mais fundamentadas na concreticidade. Observamos que as práticas em OP favorecem a desconstrução de concepções ideologizadas e possibilita a construção de novos sentidos para a realidade sócio-histórica. Conclui-se que as práticas em OP são fundamentais durante o processo de escolha profissional, favorecendo que os jovens se tornem cada vez mais protagonistas de suas histórias e promovendo um processo emancipatório. Contudo, sinalizamos que a complexidade do tema e a escassez de espaços que promovam reflexão crítica aos jovens representam desafio.

Palavras-chave: Orientação Profissional. Escolha profissional. Psicologia Histórico-Cultural. Produção de sentido. Realidade sócio-histórica.

Resumo em inglês: This work aims to reflect on the possibilities of the Career Counseling (CC) process, in the light of the assumptions of Historical-Cultural Psychology, with regard to the production of meaning in socio-historical reality and the broadening of the subject's awareness of the historical determinants of career choice. To this end, a bibliographical review was carried out, using the materialist historical-dialectical method to analyze the materials on the theme. The results obtained show that critical reflection on material reality and the appropriation of the social determinants of choice are crucial for broader awareness, enabling choices that are more grounded in concreteness. We observed that the practices in CC favour the deconstruction of ideologized conceptions and enable the construction of new meanings for socio-historical reality. We conclude that CC practices are fundamental during the process of choosing a career, enabling young people to become more and more protagonists of their stories and promoting an emancipatory process. However, we would point out that the complexity of the subject and the scarcity of spaces that promote critical reflection for young people represent challenges.

Keywords: Career Counseling. Professional choice. Historical-Cultural Psychology. Production of meaning. Socio-historical reality.

INTRODUÇÃO

A preocupação humana com a escolha profissional nem sempre esteve presente. Em realidade, tal necessidade surge apenas no seio de um determinado contexto histórico, constituindo-se enquanto uma necessidade social humana decorrente do modo de organização do trabalho típico do sistema econômico capitalista (Bock, 2001).

De acordo com Bock (2001), inicialmente as formas de organização do trabalho não pressupunham muita diferenciação entre os membros da sociedade, sendo assim, as atividades e funções de cada indivíduo eram determinadas principalmente pelo sexo e pela idade, não havendo a necessidade nem a possibilidade de realizar uma escolha ocupacional.

Na Grécia antiga, valorizava-se o ócio, isto é, a falta de ocupação, a qual era exercida pelos cidadãos ditos livres; assim sendo, cabia aos cidadãos não livres o exercício das atividades voltadas à produção material (Bock, 2001). Neste contexto, o trabalho era algo desvalorizado socialmente, algo degradante que só se justificava devido à dependência dos seres humanos no que tange às necessidades (Neffa, 1999 apud Bock, 2001). Depreende-se, então, que a atividade realizada pelo sujeito não era fruto de uma *escolha profissional*, mas sim da condição de classe e/ou decorrente de desempenho em guerras.

Progredindo na história da humanidade, temos, na idade média, em particular no feudalismo, uma forma de organização do trabalho bastante similar às anteriormente mencionadas no que tange à escolha profissional. No feudalismo, tanto a posição social quanto a condição de classe e a ocupação do sujeito eram dadas na circunstância do nascimento, ou seja, eram transmitidas de pai para filho. Compreende-se, assim, que neste período havia uma cristalização da estrutura social, a qual se justificava pelos laços de sangue e pelo discurso católico de vocação, o qual “seria um chamado divino que impõe uma missão para os indivíduos” (Bock, 2001, p. 5). Ou seja, a ordem social se dava pela “vontade de Deus”, e, portanto, não poderia ser indagada (Bock, 2001).

Fica claro, então, que o trabalho realizado pelos indivíduos nos contextos apontados não eram fruto de uma escolha, mas estavam aprioristicamente estabelecidos pela forma de organização do trabalho e pela estrutura da sociedade.

Como mencionado inicialmente, é somente a partir do estabelecimento definitivo do modo de produção capitalista que o processo de escolha profissional emerge. De acordo com Braverman (1981 apud Bock, 2001), há três características fundamentais que engendraram a constituição da nova ordem social estabelecida pelo capitalismo, as quais: 1) o trabalhador, para sobreviver, deve vender a sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção; 2) o trabalhador agora é livre de todo e qualquer tipo de servidão, podendo, assim, vender sua força de trabalho e; 3) o principal objetivo deixa de ser a satisfação das necessidades humanas e passa a ser o lucro.

Neste sentido, além do estabelecimento da necessidade de realizar uma escolha profissional, surge também o próprio campo da Orientação Profissional (OP), haja vista a seleção e escolha profissional assumirem uma posição de suma importância no modelo de produção capitalista. Assim sendo, as práticas em OP emergem sob a primazia da ideia do “homem certo no lugar certo”, em vias de aumentar a produtividade e, portanto, o lucro.

Apesar de inicialmente as práticas em OP estarem voltadas para a reprodução do capital, atualmente identificamos o processo de orientação profissional como um espaço de produção de sentido da realidade sócio-histórica que viabiliza a ampliação

da consciência do sujeito sobre os determinantes da escolha propriamente dita e, ao mesmo tempo, propicia reflexão acerca da mesma.

Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo refletir acerca das possibilidades do processo de Orientação Profissional no que tange a produção de sentido da realidade sócio-histórica e a ampliação da consciência do sujeito sobre os determinantes históricos da escolha profissional.

MÉTODO

Para atingir os objetivos propostos, foi realizado um levantamento bibliográfico com o intuito de identificar e analisar as publicações relacionadas à orientação profissional sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural, tendo sido os materiais selecionados analisados através do método materialista histórico-dialético. Nesse sentido, tanto os materiais selecionados quanto às análises e reflexões realizadas sobre estes partiram de uma compreensão de homem enquanto sujeito histórico e social, constituído numa relação dialética com o social. Ainda, tendo em vista o materialismo histórico-dialético, buscou-se realizar uma análise pautada na concreticidade do sujeito e dos processos vivenciados por este, atendo-nos, principalmente, ao processo de escolha profissional e suas multideterminações sociais.

A nossa busca inicial foi realizada no banco de dados SciELO e, posteriormente, partindo das referências do artigo central selecionado, fomos encontrando outros materiais que discutiam o tema e haviam sido tomados como fundamento do primeiro artigo.

Por fim, selecionamos cinco materiais de referência, dentre os quais um livro, uma dissertação de mestrado e três artigos.

REVISÃO DE LITERATURA

O sujeito, para a psicologia histórico-cultural, é constituído a partir do meio social, ele não pode existir senão a partir deste, onde se desenvolve e produz. Para compreender melhor esta relação, Vigotski (2010 apud Medeiros e Souza 2017) se utiliza do conceito de *perezhivanie*, ou vivência em russo. A vivência é uma unidade que integra as características do ambiente e a personalidade consciente do sujeito. O desenvolvimento do sujeito está intrinsecamente ligado ao meio, e não se pode separá-los, pois toda vivência resulta da interação dinâmica entre ambos. Para Vigotski, a vivência deve ser compreendida dentro da situação social de desenvolvimento em que o sujeito está inserido, sendo que essas situações não existem de forma pré-definida, mas são construídas através das interações entre pessoas. Este conceito de vivência permite a compreensão do sujeito como ativo em seu desenvolvimento, porém dependente de condições materiais, a sua situação social de desenvolvimento. Através da situação social de desenvolvimento os indivíduos podem se apropriar das significações culturais, levando ao desenvolvimento de funções psicológicas superiores, como o pensamento por conceito, o qual pode resultar na autorregulação, ou autodomínio, da conduta e na

capacidade de realizar escolhas (Vigotski, 1932/2001; 1931/1995 apud Medeiros e Souza, 2017).

Vigotski (2001 apud Medeiros e Souza, 2017) destaca a diferença entre pensamento e fala, explicando que a relação complexa dessas duas funções engendra o pensamento por conceito, fundamental para o desenvolvimento da consciência, imaginação e pensamento crítico. Ele argumenta que, se o pensamento não é expresso por palavras ou outros sinais, como gestos ou imagens, ele não se materializa e não contribui para a transformação pessoal ou do ambiente. Partindo dessa perspectiva, podemos de imediato já questionar quais espaços de fala que estimulam o pensamento estão disponíveis para os jovens na contemporaneidade.

Durante o processo de OP, é necessário que o sujeito desenvolva maior consciência de seus objetivos e pensamentos para que as escolhas sejam feitas com maior concreticidade. Tomando o sujeito como singular e universal concomitantemente, Aguiar (2006) afirma que o indivíduo escolhe e que a escolha é uma expressão desveladora da subjetividade, além de ser também um processo fundamental para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, ou seja, aquelas que são sociais em sua gênese e natureza, portanto, propriamente humanas. Tais escolhas são determinadas por fatores fundamentais, como a hereditariedade biológica e o momento sócio-histórico que o sujeito está inserido, que irão criar um campo de possibilidades para o sujeito (Bock, 2001 apud Aguiar, 2006).

É evidente que existem diferentes qualidades de escolha. Para compreendê-las no contexto da orientação profissional, é necessário considerar o conhecimento que o sujeito possui, aquilo que acredita saber, o que desconhece, o que pensa que não sabe, além das opções que decide ou deixa de decidir. Igualmente, é fundamental compreender as condições vividas pelo indivíduo. (Aguiar, 2006)

Savateur (2003 apud Aguiar, 2006), afirma que, embora as escolhas e a vontade sejam inegáveis, em certos momentos a vontade pode ser “forçada” a fazer escolhas que, em outras circunstâncias, não seriam consideradas. Contudo, a forma como essas experiências são vividas — incluindo sofrimento, tensão, dúvidas e perdas — varia em intensidade, influenciada por diversos fatores, como a qualidade e a quantidade de informações disponíveis sobre as opções, a segurança que isso gera, as condições subjetivas do indivíduo no momento da escolha, as consequências da decisão e o contexto social em que essa escolha ocorre.

Para entender o processo de escolha e suas diversas formas de constituição, é fundamental investigar os fatores que mobilizam o sujeito e identificar aquilo que pode esclarecer os “porquês” das práxis humanas. Aguiar (2006) elucida a importância de compreender as emoções como elementos que constituem a subjetividade humana e essenciais para a compreensão da escolha, operando sob a premissa da indissociabilidade entre os aspectos objetivo/subjetivo, bem como entre a unidade afetivo-cognitivo e afirma que o processo de escolha é multideterminado e emocionado.

É fundamental incluir a categoria “necessidade”, entendida como um estado de carência do indivíduo, para a compreensão das escolhas. A análise do pensamento, que está sempre emocionado, implica a revelação das necessidades e dos motivos

que guiam seu desenvolvimento. É importante destacar que o sujeito não possui, necessariamente, controle ou consciência sobre a formação de suas necessidades. Esse processo deve ser entendido como resultado de um cognitivo e emocional específico, em que a constituição das necessidades ocorre de maneira não intencional, com as emoções desempenhando um papel fundamental (Aguiar, 2006).

Para entendermos como se dá a supressão das necessidades humanas, é essencial explicitar acerca da estrutura da atividade humana, a qual, intencionalmente dirigida a um fim, diferencia-se da atividade animal, ao passo que também é mediatizada pela produção de instrumentos. Podemos dizer, então, que enquanto os animais agem em vias de satisfazer suas necessidades de forma imediata, os seres humanos agem produzindo os meios de satisfação de suas necessidades (Marx & Engels, 1993 apud Duarte, 2004). Assim, com a possibilidade de realizar uma atividade que satisfaça determinada necessidade, o sujeito se modifica ao passo que modifica a natureza, e, desta forma, novas formas de necessidades e atividades são criadas, sendo essas de ordem social e essencialmente coletivas. Ademais, é importante salientar que as atividades humanas são constituídas por um conjunto de ações, as quais não possuem relação direta com o motivo da atividade, mas são traduzidas como um todo, ou seja, como parte da atividade, na consciência dos indivíduos (Duarte, 2004).

Maura (1995 apud Aguiar, 2006) afirma que as necessidades só são satisfeitas quando adquirem conteúdo específico no mundo, ou seja, esse processo de agir no mundo para suprir suas necessidades só se completa ao passo que o sujeito significa algo da realidade social como possível de satisfazer tal necessidade. Nesse ponto, tal objeto passa a ser significado como algo que direciona a ação do sujeito em vias de satisfazer as necessidades, sendo denominado motivo. Rey (2003 apud Aguiar, 2006) nomeia esse processo como a configuração das necessidades em motivos.

Motivos para a atividade podem ser caracterizados a partir de necessidades que, através de condições reais, o sujeito seleciona objetos, situações e ações que podem atender a algumas de suas necessidades. A realidade é o elemento fundamental que constitui as necessidades e constitui também suas formas de satisfação e é o sujeito que significa e elege o meio que tem a possibilidade de satisfazê-lo. “Nesse momento, necessidades, que eram históricas, subjetivas, fluídas, genéricas e sem conteúdo específico, configuram-se em motivos para a ação, impulsionam e orientam o sujeito para determinadas escolhas.” (Aguiar, 2006, p. 18).

Dentro do contexto da orientação profissional, é importante que a escolha seja feita a partir de uma reflexão de por quês, incluindo como norteadora a indagação sobre a razão pela qual a escolha irá satisfazer a necessidade específica (Aguiar, 2006).

Nesse movimento, pode-se observar as possibilidades do sujeito apropriar-se de parte da história da constituição de suas necessidades. Se acredita que o processo de apropriação pode significar a desconstrução de concepções ideologizadas, mal definidas e sem sustentação. Tal processo pode resultar na apropriação, pelo sujeito, de sentidos que até então eram vagos ou, ainda, na formação de novos sentidos,

permitindo que aspectos da realidade, tanto objetiva quanto subjetiva, sejam vivenciados de maneira afetiva-cognitiva distinta (Aguiar, 2006).

Vigotski (2001 apud Aguiar, 2006) define sentidos como novos e distintos eventos psicológicos evocados na dinâmica psicológica do sujeito a partir do processo de apropriação. Partindo desta definição, ao propormos ao sujeito que este se questione sobre suas necessidades, será questionado também as formas de satisfazê-las. Esse é um aspecto de grande relevância, pois é fundamental o estabelecimento de uma visão crítica e fundamentada sobre o mundo do trabalho, suas ofertas, contradições e armadilhas, possibilitando ao jovem escolhas que reflitam um movimento de transformação pessoal e promovam mudanças na realidade social (Aguiar, 2006).

É de suma importância compreender que o processo de constituição das necessidades, motivos e sentidos ocorrem simultaneamente, num processo complexo, contraditório e de mútua determinação. Além disso, esses momentos constituem-se numa síntese integradora, onde o indivíduo, ao deparar-se, na atividade, com uma situação específica, escolhe este ou aquele caminho (Aguiar, 2006). Ainda, a autora argumenta ser importante considerarmos que o processo de constituição dos motivos para a ação depende tanto das condições objetivas, quanto das condições subjetivas.

Tendo sido exposto como se dá a constituição do sujeito para a Psicologia Histórico-Cultural, bem como ocorre o processo de escolha, não apenas a profissional, podemos agora explanar acerca do campo de atuação da OP.

Bock (2001) argumenta que as teorias iniciais em OP, as quais chamamos teorias tradicionais, possuíam caráter idealista e ideológico, em que se realizava uma comparação entre os perfis dos sujeitos e as profissões disponíveis a fim de enquadrar “o homem certo no lugar certo”. Neste contexto, a visão de homem predominante era uma visão inatista, que percebia o indivíduo como autônomo frente à sociedade, ou seja, o indivíduo possui um corpo bio-psicológico já dotado de potencialidades a serem desenvolvidas e, ao alcançar certa idade, tem suas características pessoais cristalizadas e praticamente imutáveis.

Bock (2001) traz ainda que nestas práticas iniciais em OP, a função da mesma era auxiliar o indivíduo a conhecer-se, entretanto, nem todas as teorias possuíam tal necessidade, bastando, em algumas, que o orientador conhecesse o sujeito, em outras palavras, carregavam a ideia de que os sujeitos possuem uma essência, a qual somente será desvelada pelo orientador/profissional.

Posteriormente, surgem críticas a essas teorias tradicionais e liberais, as quais apontam questões fundamentais da até então Orientação Profissional existente. Cunha (1977 apud Bock, 2001) sinaliza alguns princípios liberais expressos nas escolas, os quais Celso Ferreti utiliza posteriormente para analisar as teorias em Orientação Profissional, dentre os quais incluem-se o princípio do individualismo, em que se considera que o indivíduo possui características próprias, como aptidões e talentos, tanto expressos quanto em potencial; a liberdade, a qual está alicerçada pelo individualismo e é condição necessária para expressão deste, além de ser condição precedente das demais liberdades, as quais: liberdade econômica, intelectual,

religiosa e política; a propriedade, a qual é considerada um “direito natural do indivíduo” (Bock, 2001, p. 28), e a igualdade, entendida como igualdade frente a lei, onde “todos têm, por lei, iguais direitos à vida, liberdade, à propriedade, à proteção das leis” (Cunha, 1977, p.31 apud Bock, 2001, p.28).

Desta forma, constata-se que a Orientação Profissional pautava-se e reforçava os ideais liberais, embasados numa lógica individualista. Ainda, por não analisar as determinações sociais do processo de escolha e por aceitá-las como naturais, mistificava a realidade e os fatores que se configuraram enquanto impedimentos e/ou obstáculos à realização das escolhas profissionais, além de naturalizar a historicidade (Bock, 2001).

Assim sendo, a perspectiva crítica abre espaço para reflexão acerca dos pressupostos teóricos da Orientação Profissional, entretanto, não é neste ponto que se findam as reflexões e reformulações teóricas acerca do tema, ou seja, as possibilidades e necessidades de reestruturação das teorias em Orientação Profissional não se esgotaram nas críticas às teorias tradicionais, pois, se antes havia primazia do individual sob o social, na crítica há a primazia do social, desconsiderando-se a autonomia do sujeito (Bock, 2001).

Neste contexto, Bock (2001) aponta que as teorias em Orientação Profissional atuais devem posicionar-se teoricamente além das críticas, a fim de superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade, apontando o necessário avanço na compreensão da relação indivíduo-sociedade, de forma dialética. De acordo com Oliveira (1992, apud Bock, 2001) o sujeito constitui-se em relação com o social, sendo que a cultura, num processo histórico de desenvolvimento, torna-se parte da natureza humana, moldando o funcionamento psicológico. Desta forma, não há uma cisão entre indivíduo e sociedade, e também não há negação da singularidade do sujeito. Ainda, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, e, posteriormente, do autodomínio da conduta, o qual possibilita o processo de escolha (Medeiros e Souza, 2017), bem como o desenvolvimento da personalidade, a qual é uma síntese das relações sociais do sujeito, possuem sua gênese na esfera social (Bock, 2001).

Bock (2001, p. 47) argumenta que o ser humano possui vocação para “não ter outras vocações”, isto é, nós não nascemos biologicamente determinados para realizar nenhuma atividade específica, sendo, então, através da relação com a natureza, com o social, que desenvolvemos e adquirimos habilidades.

Como já mencionado, acreditamos ser através de uma relação dialética e de mediação com o meio social que se constitui o sujeito, sendo assim, os processos de escolha e suas formas de escolha, também se constroem nessa relação.

Desta forma, identificamos na Orientação Profissional a possibilidade de realizar intervenções que viabilizem ao sujeito a reflexão da realidade material, além de propiciar a este a apropriação de suas determinações, como um sujeito singular, histórico e social (Bock, 2006).

De acordo com Bock (2001) a Orientação Profissional constitui-se, ou assim deveria, como um conjunto de intervenções voltadas à apropriação dos sujeitos acerca dos determinantes da escolha, os quais possibilitam a compreensão das

decisões e a elaboração de projetos. Ainda, o autor propõe que devemos avançar na compreensão desses determinantes, ampliando a consciência dos mesmos.

Ademais, a Orientação Profissional, na perspectiva Histórico-Cultural, tem por objetivo oportunizar aos sujeitos, enquanto indivíduos multideterminados, espaços de autoconhecimento, a fim de que os mesmos ampliem sua consciência acerca das próprias percepções de si, de seus posicionamentos, de suas relações e das relações que configuram a realidade material, de maneira que possam, assim, construir seus projetos de vida de forma intencional, consciente e concreta (Oliveira, 2009; Bock, & Aguiar, 1995 apud Medeiros e Souza, 2017).

Concordando com os postulados de Bock (2001) e Bock (2006), Medeiros e Souza (2017) argumentam que a Orientação Profissional deve favorecer a conscientização dos principais determinantes da escolha, reiterando ao sujeito o protagonismo da escolha profissional. Além disso, deve propor-se a ampliar o olhar à escolha profissional, principalmente ao modo como essa é realizada, considerando-se sempre as vivências do sujeito e o que os leva a escolha de determinada profissão, resgatando a historicidade e concretude desse sujeito e a construção de sua personalidade. Em outras palavras, devemos contribuir para que os jovens se apropriem das determinações do processo de escolha e dos processos que os constituem, a fim de que possam atuar cada vez mais enquanto protagonistas de suas histórias. Ademais, cabe ao orientador criar condições que propiciem ao sujeito a apropriação e compreensão das mediações que constituem suas necessidades, pretendendo, com isso, favorecer a reflexão acerca dos objetos e fenômenos que podem ser significados como possíveis de satisfazer tais necessidades, desenvolvendo uma reflexão e análise crítica dessas necessidades e também da realidade social (Aguiar, 2006).

Destarte, Aguiar (2006) argumenta visualizar na Orientação Profissional uma possibilidade de produção de novos sentidos da realidade sócio-histórica, sinalizando a extrema complexidade de tal processo. Segundo a autora, a constituição de novos sentidos não ocorre a partir de uma mera descoberta do indivíduo de algo que já estava presente em sua subjetividade, mas sim “como uma nova síntese afetiva e cognitiva, que surge a partir de uma nova configuração que se articula ante novas experiências” (Aguiar, 2006, p. 21), sendo essencial que consideremos a dialética objetividade-subjetividade, ou objetivação-apropriação, como facilitadora ou não desse processo.

Neste sentido, compreendemos que a partir das condições subjetivas e objetivas, a situação da escolha profissional pode caminhar rumo a superação das contradições presentes, potencializando o sujeito para ação de escolher, mais fundamentado tanto no conhecimento da realidade sócio-histórica e do outro, quanto no conhecimento de si (Aguiar, 2006).

Por fim, salientamos que a escolha em si nunca está desvinculada das necessidades, dos motivos e, portanto, das determinações desse processo de escolha. A liberdade para escolher não consiste em uma liberdade plena em relação ao material, mas sim na possibilidade de fazer com que as leis da natureza atuem para determinados fins. Desta forma, enxergamos no processo de escolha profissional

uma possibilidade de resistência e emancipação, de transformação e de formas de ação. Como argumenta Aguiar (2006), a escolha profissional é atravessada por ideologias e ocultamentos, cabendo aos orientadores inserir a realidade na dinâmica de tal processo, questionando-o e questionando a ordem social, sinalizando a utopia presente na escolha profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, foi possível evidenciar que as perspectivas da Psicologia Histórico-Cultural, fundamentada em Vigotski e, portanto, no materialismo histórico-dialético, oferece um aporte teórico extremamente potente para as práticas em OP. Tal perspectiva parte da compreensão de que o desenvolvimento do sujeito ocorre a partir de uma relação dialética deste com o meio social em que está inserido, em outras palavras, o sujeito é indissociável de suas condições materiais de desenvolvimento e, desta forma, tanto seus processos de escolha quanto sua escolha profissional propriamente dita, são influenciadas por um complexo entrelaçamento de fatores sociais, históricos e emocionais.

Os resultados obtidos reforçam a ideia de que as vivências do sujeito e sua capacidade de reflexão crítica são fundamentais para um maior desenvolvimento da consciência e de seus objetivos, favorecendo, assim, que as escolhas sejam feitas com maior concreticidade. A análise das necessidades e da constituição de motivos para a atividade permitiu identificar a importância de um processo de apropriação que vai além da mera descoberta pessoal, evidenciando as possibilidades do sujeito apropriar-se também da história da constituição de suas necessidades.

Neste processo de apropriação e ampliação da consciência culmina na desconstrução de concepções ideologizadas e na apropriação, pelo sujeito, de sentidos que até então eram vagos ou, ainda, na formação de novos sentidos da realidade sócio-histórica.

Diante disso, entendemos que as teorias e práticas em Orientação Profissional tem papel fundamental ante o processo de escolha profissional, haja vista esse campo possibilitar a apropriação dos sujeitos acerca das determinações sociais de seus processos de escolha, favorecendo a ampliação, ou o alargamento, da consciência dos mesmos a partir da reflexão da realidade material, favorecendo, desta forma, que os jovens atuem cada vez mais enquanto protagonistas de suas histórias.

Ademais, concluímos que as práticas em OP também possibilitam aos jovens em processo de escolha profissional a produção de novos sentidos da realidade sócio-histórica, a partir de novas sínteses cognitivo-afetivas, as quais são possíveis ante novas vivências, favorecendo uma escolha profissional fundamentada no conhecimento da realidade sócio-histórica e no conhecimento de si, num processo emancipatório e de transformação social.

Entretanto, algumas limitações devem ser reconhecidas. A complexidade do tema e a diversidade das experiências individuais tornam desafiadora a generalização

dos resultados. Além disso, a escassez de espaços de fala e reflexão crítica para os jovens contemporâneos se mostrou um obstáculo que merece atenção especial.

Em suma, a abordagem proposta neste trabalho não apenas enriquece a discussão sobre a orientação profissional, mas também incentiva um movimento contínuo de reflexão e transformação, tanto para os indivíduos quanto para as estruturas sociais que os cercam.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao professor Kayo, que prontamente aceitou nos orientar na elaboração deste trabalho, sempre de maneira a nos fazer refletir e buscar uma psicologia crítica e fundamentada na materialidade. Ter, durante nossa jornada acadêmica, professores como ele, é fundamental para nossa compreensão enquanto futuras profissionais e sobre qual psicologia fazer.

REFERÊNCIAS

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação profissional: avaliação de uma proposta de trabalho na abordagem sócio-histórica**. Dissertação (Mestrado em Educação). UNICAMP, Campinas, 2001.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GOLÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (orgs.). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

DE AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. A escolha na orientação profissional: contribuições da psicologia sócio-histórica. **Psicologia da educação**, n. 23, p. 11-25, 2006.

DUARTE, Newton. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de AN Leontiev. **Cadernos Cedes**, v. 24, p. 44-63, 2004.

MEDEIROS, Fernanda Pereira; DE SOUZA, Vera Lúcia Trevisan. Psicologia Histórico-Cultural e orientação profissional: vivências de jovens mobilizadas pela arte. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 18, n. 2, p. 155-165, 2017.